

A PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA PELO PARTIDO NOVO: ENTRE CONCEPÇÃO DE ESTADO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO

Laís Alice Oliveira Santos¹
Maria Simone Ferraz Pereira²

RESUMO

Compreendemos a criação e manutenção do Partido NOVO, como um mecanismo da privatização da política, a qual ocorre com o ingresso de representantes da esfera privada nos cargos políticos da esfera pública. À medida que isto acontece entram em confronto os diferentes interesses em jogo na agenda das políticas, inclusive a educacional. Enquanto o público está diretamente ligado a um propósito social o privado está na busca de novas oportunidades de lucro e diminuição de gastos. A privatização da política é a mais perniciosa forma de se privatizar, por não ser entendida como tal. Por isso, a investigação dos fundamentos e bases norteadoras de concepção de Estado defendidas pelo Partido NOVO em sua relação com a educação se fazem importantes para desvelar os reais interesses da esfera privada ingressando na carreira pública. Para tal, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual analisamos os documentos do Partido, como o Estatuto, Termo partidário de gestão do poder executivo, busca no próprio site do partido, planos de governo de candidatos do partido, entre outros. Como principais resultados destacamos: 1. o NOVO propõe um Estado neoliberal que enfatiza uma atuação restrita do Estado para que o mercado tenha mais liberdade para operar. 2. A educação, como qualquer outro serviço público não precisa ser necessariamente fornecida pelo público, abrindo espaço para que empresas privadas estejam à frente da oferta do serviço educacional e, assim, diminuam as responsabilidades do Estado. 3. Ao proporem uma equiparação do funcionamento estatal ao da empresa privada buscam transformar a educação em mais uma mercadoria, que deve se basear em princípios como o da competição, racionalidade técnica, inovação, modernização, eficiência, eficácia e outros.

Palavras-chave: Partido NOVO, Privatização da política, Estado, Neoliberalismo, Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado parcial da pesquisa de doutorado, “As políticas educacionais mineira aos *modi operandi* do neoliberalismo: dos governos Aécio Neves ao governo Romeu Zema (2003-2022)”³. Com o intuito de entender o objeto da pesquisa da tese em sua totalidade nos debruçamos em investigar o partido NOVO, o qual representa e é representado

¹ Dra. em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU e Professora EBTT do curso de Pedagogia do IFGoiano - Morrinhos, lais.santos@ifgoiano.edu.br.

² Professor orientador: Dra. em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação –PPGED/UFU, msimonefp@ufu.br.

³ Tese inserida no projeto “A política educacional no Estado de Minas Gerais e a questão da qualidade: avaliação externa e gestão na centralidade da agenda mineira” (pesquisa aprovada na CHAMADA FAPEMIG 01/2021 – DEMANDA UNIVERSAL – PROJETO APQ-01517-21)

o governador Romeu Zema, em seus fundamentos e bases norteadoras da concepção de Estado em sua relação com a educação.

Compreendemos a criação e manutenção do Partido NOVO, como um mecanismo da privatização da política, a qual ocorre com o ingresso de representantes da esfera privada nos cargos políticos da esfera pública. À medida que isto acontece entram em confronto os diferentes interesses em jogo na agenda das políticas, inclusive a educacional. Enquanto o público está diretamente ligado a um propósito social o privado está na busca de novas oportunidades de lucro e diminuição de gastos (CROSSO; MAGALHÃES, 2016).

A privatização da política é a mais perniciosa forma de se privatizar, por não ser entendida como tal. Por isso, é importante que investiguemos o Partido NOVO e seu discurso de inserir pessoas honestas, cidadãos comuns na política para mudar o país (NOVO, 2022). Tendo em vista que o grupo de filiados evidencia, prioritariamente, pessoas da classe alta, profissionais que se vinculam à iniciativa privada, os quais não podem ser entendidos como - “cidadãos comuns”.

Salientamos a importância de desvelar a proposta ideológica do Partido NOVO para o Estado, e seus desdobramentos para a educação, tendo em vista que ao se intitularem como “novo” alegam trazer inovações para o setor público. Por isso, o objetivo deste artigo é compreender as bases e fundamentos que norteiam a concepção de Estado que tem influenciado na forma de pensar, planejar e propor as políticas educacionais do Partido.

Para evidenciar a proposta de Estado do Partido NOVO realizamos uma pesquisa documental, que é um processo metodológico que utiliza de técnicas e diversos instrumentos, sendo o documento seu principal mecanismo para apreender e compreender o objeto de estudo (FÁVERO; CENTENARO, 2019). Analisamos, os documentos do Partido, como o Estatuto, Termo partidário de gestão do poder executivo, busca no próprio site do partido planos de governo de candidatos do partido, entre outros.

Partindo do desenvolvimento da pesquisa apresentaremos neste artigo o modo como o partido NOVO concebe o Estado, em seus fundamentos, ideologias e concepções. Compreendendo as relações existentes dos fundamentos de um partido com as ações que são implementadas pelos candidatos a eles vinculados, portanto é necessário desvelar as intencionalidades do partido ao se inserir na máquina pública estatal. Relacionaremos em seguida, os desdobramentos das concepções e ideologias do partido na efetivação do plano de governo de Romeu Zema (2018), o qual representa pelo partido o primeiro cargo de maior escalão por eles conquistado, considerando o quanto são recentes na política brasileira.

Nessas discussões, será possível ao leitor perceber os vínculos estabelecidos entre concepção de Estado sob o viés neoliberal, implementando políticas educacionais de cunho privatista, na qual aproxima a gestão pública para um funcionamento aos moldes da gestão privada, na qual concebe como princípios a eficiência, eficácia, competitividade, entre outros, nas quais buscam uma transformação da educação pública em mais um produto no mercado.

O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA

Esta pesquisa de caráter qualitativo seleciona como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Salientamos que a pesquisa bibliográfica, fortalece a compreensão do objeto de pesquisa, ao proporcionar ao pesquisador a compreensão a partir de diferentes dimensões, como política, social, histórica, cultural de maneira independente e interdependente, a partir do olhar de diferentes pesquisadores qualitativos. E portanto, é sob esse viés que construímos esta pesquisa, na pretensão de compreender sobre as temáticas centrais centrais, como: Estado, Neoliberalismo e Privatização da educação.

Elencamos no quadro 1, os autores que referenciaram as discussões dessas temáticas.

Quadro 1: Referência de autores por temática da pesquisa

Pesquisa Bibliográfica		
1.	Estado e Neoliberalismo	Mises (2010); Hayek (2010); Harvey (2014); Dardot e Laval (2016)
2.	Privatização	Ball e Youdell (2017); Apple (2005); Freitas (2018); Laval (2004); Crosso e Magalhães (2016)

Com relação à pesquisa documental, elencamos os documentos necessários de serem analisados para que compreendêssemos a concepção de Estado do Partido NOVO e sua relação com a perspectiva de ação para as políticas educacionais, assim elencamos no quadro 2 os documentos essenciais para esta tarefa.

Quadro 2: Documentos analisados na pesquisa

Pesquisa Documental		
1.	Documentos do Partido NOVO	Estatuto do Partido (2014); Termo de Compromisso e atuação Legislativa (2014); Termo partidário de Gestão do Poder executivo (2014); endereço eletrônico do Partido.
2.	Documentos Governo Zema	Plano de Governo “Liberdade ainda que tardia” (2018);

O pesquisador qualitativo na área de políticas educacionais vai de encontro aos documentos, com intencionalidade. O conhecimento contido no documento a ser investigado não está dado. Por isso, o documento precisa ser tratado partindo de uma organização dos elementos que dele são retirados, aspecto que realizamos na seção de resultados e discussões e que buscam atingir o objetivo de “compreender as bases e fundamentos que norteiam a

concepção de Estado que tem influenciado na forma de pensar, planejar e propor as políticas educacionais do Partido NOVO.”

O ESTADO NEOLIBERAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Os Organismos Internacionais tiveram um importante papel na disseminação prática, para que o neoliberalismo se tornasse essa “nova razão de mundo”, condicionando os empréstimos aos países a seguirem suas “recomendações”. O objetivo era reformar administrativamente os Estados, de modo que eles funcionassem sob uma racionalidade técnica, incorporando mecanismos de gestão oriundos do meio privado ao setor público. A gestão e a avaliação foram peças-chave para incorporar novas funções ao Estado, “descentralizando e centralizando”. Descentralizando, principalmente ao transferir grandes incumbências do Estado ao setor privado, assim como passando funções da Nação a instâncias menores, como é o caso do Brasil, que municipalizou funções estatais. Porém, ao mesmo tempo em que descentralizou, também centralizou, ao assumir o papel de Estado regulador e avaliador.

Desse modo, o Estado neoliberal, ao assumir o compromisso de descentralizar e centralizar, afetou diretamente como as políticas públicas sociais eram concebidas, organizadas e desenvolvidas, em especial a educação. Nesse contexto da reforma administrativa do Estado neoliberal, a educação deixa de ser entendida como um direito, para ser encarada como uma mercadoria a ser comercializada no mercado. Uma das áreas que foram fortemente impactadas foi a gestão educacional, desde a forma de gerir a educação como um sistema até a gestão escolar que ocorre no chão da escola. Os moldes gerenciais das empresas foram incorporados aos sistemas educacionais de ensino e as escolas passaram a funcionar sob o viés da racionalização do trabalho (GENTILI, 1996).

Caminhando nesse sentido de Estado descentralizador, as privatizações, em seus diferentes modos, têm ganhado cada vez mais espaço no meio educacional. A privatização endógena ocorre no interior da escola, na alteração da organização do trabalho pedagógico, ao se equiparar aos moldes de trabalho empresarial. A privatização exógena diz respeito à abertura das escolas e aos serviços educacionais a serem realizados por empresas privadas, desde a limpeza, merenda escolar (que não se referem a aspectos pedagógicos) até a própria gestão escolar (que se refere a questões pedagógicas). A privatização na política corresponde à ocupação direta dos empresários nos cargos públicos, disputando e representando os interesses do mercado nas cadeiras públicas. E a própria publicização, que está ligada à privatização endógena, ao utilizar os mecanismos de avaliação em larga escala realizado com

os alunos e ao publicizar os resultados, de modo que alavanque a competição entre alunos, escolas, professores e famílias (BALL e YOUDELL, 2007).

A avaliação desempenha seu papel no contexto do Estado neoliberal, mesmo não se resumindo a esse mecanismo que cria a competitividade no setor educacional, é a avaliação em larga escala que ganha força nesse contexto. Apesar do objetivo de acompanhar as redes de ensino e permitir, por meio dos dados obtidos, que se reoriente as políticas públicas, a avaliação em larga escala tem sido utilizada como mecanismo de pressão, controle e fiscalização por parte do Estado. Nesse sentido, a avaliação educacional contribuiu para que o Estado assumira seu papel centralizador.

O alinhamento das políticas educacionais tem demonstrado o centralismo estatal. Ao estabelecer um conteúdo básico comum a todo o território nacional, abre-se o caminho para “conferir” as aprendizagens por meio das avaliações em larga escala; assim, traça-se metas a serem alcançadas pelas escolas, pelos gestores, professores e alunos, que podem ser cobrados e responsabilizados pelos fracassos. Além disso, o sistema de avaliação tem contribuído para traçar um perfil de qualidade educacional baseado na racionalidade técnica, desconsiderando os fatores humanos das questões educacionais. Ademais, as avaliações têm sido utilizadas como fonte de informação, monitoramento e controle (FREITAS, 2018).

Devemos destacar que a dinâmica evolutiva do neoliberalismo e sua relação com a educação não se efetiva de maneira uniforme ou linear, mas varia de acordo com o tempo histórico e o espaço geográfico, podendo estas fases ocorrer concomitante uma à outra, ou serem desencadeadas em séries, aceleradas algumas medidas ou até mesmo proteladas conforme as circunstâncias políticas e econômicas. Por isso, ao propormo-nos explicar sobre viés neoliberal apregoado pelo partido NOVO e seus desdobramentos para a área educacional, trazemos o alerta de Harvey (2014, p. 80), de que “toda tentativa de extrair alguma configuração geral de um Estado neoliberal típico a partir dessa Geografia histórica instável e volátil parece ser a tarefa insana”.

O ESTADO NEOLIBERAL NA PERSPECTIVA DO PARTIDO NOVO

O partido NOVO foi criado em 2011, sendo representado pelo número 30 e é o 33º partido em funcionamento no Brasil. Deste mesmo ano a 2015 (ano em que registraram o partido no Tribunal Superior Eleitoral – TSE), se dedicam à formação de lideranças e definição do programa partidário, estabelecendo os princípios e regras gerais. Em 2016 participaram em 5 capitais da 1ª eleição municipal e elegeram 4 vereadores, em 2018 da 1ª eleição nacional e elegeram o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, 8 deputados

federais e 12 estaduais. No ano de 2020, na 2ª eleição municipal elegeram o prefeito de Joinville e 28 vereadores em 19 cidades. Isso nos mostra que o NOVO tem se consolidado, divulgado seu nome e sua marca e disseminado suas propostas (NOVO, 2022).

Ao se inserirem na política objetivam “mudar o modelo de Estado e construir um NOVO Brasil, com mais oportunidades e menos privilégios” (NOVO, 2022, s/p). Ao apontarem a necessidade de transformação do Estado, acusam a existência de possíveis privilégios, que por eles já poderiam ser combatidos ao executarem ações como, não receberem salários, cortar os custos de gabinetes, “dispensar auxílio moradia, auxílio telefone, veículo oficial, motorista, verba para mudança e residência oficial (...)” entre outros. (BRASIL, 2014). Portanto, firmaram o compromisso entre todos os filiados de não fazer uso das regalias ofertadas pelo Estado, entendidas por eles como o exacerbado privilégio dos políticos. Ressaltamos duas das intencionalidades por detrás do ataque aos “privilégios”: 1. Levar os cidadãos à compreensão de privilégio restrita aos usos advindos do Estado; e 2. Proporcionar um ataque as empresas estatais e favorecer abertura da terceira via para administração do Estado.

Toda ação vinculada ao que chamam de “corte de privilégios”, determina o que pode ser considerado privilégio e o que não o é. Portanto, os funcionários do Estado, ao usufruírem do Estado, estariam recebendo privilégios. Estes estão vinculados apenas ao que vem a ser usado e pertence ao Estado, e o que faz parte da vida privada, oriundos da desigualdade em sociedade não é considerado. Assim, a relação estabelecida é de que os privilégios estão no bojo da organização estatal, e por isso, precisa de uma alteração nos modos gerenciais deste Estado para que eles se findem.

Este modo de pensar introduz o discurso de que o Estado é extremamente “pesado e dispendioso” e que seus gastos devem ser cortados e não necessariamente privilégios. Assim, o partido anuncia o corte dos próprios gastos, mas junto destes justificam também os cortes no setor público, como estabelecem como compromisso dos eleitos: “II - Trabalhar em prol do cidadão, visando a extinção do fundo partidário, a redução de privilégios, a diminuição do tamanho e custos do Estado (...)”. (BRASIL, 2014)

Ao que se refere à segunda intencionalidade, apregoam que o Estado deve ser “Simples, Leve e Eficiente” (NOVO, 2022) e para que isso ocorra, ele deve ser diminuído em suas funções, com “estrutura administrativa enxuta, transparente e focada no essencial: saúde, segurança e educação” (idem). Um dos pilares para a mudança estatal visa, “Novo pacto federativo, com mais poder e recursos aos estados e municípios”, o que Gentili (1996) chama de centralização descentralizada, um Estado forte no gerenciamento, na avaliação e controle,

mas que deixa a cargo dos estados e municípios as responsabilidades fiscais e financeira. A alegação de Gentili (1996) se comprova ao destacarmos o foco do partido na “Avaliação sistemática de desempenho da gestão pública e suas políticas” (NOVO, 2022). Avaliam para ter maior controle ao que se refere ao Estado, mas deixam as responsabilidades a cargo dos estados e municípios, descentralizando as ações, como estabelecem: “VI - Propor, defender e propugnar medidas que visem a efetiva descentralização fiscal, política e administrativa do país, visando a implementação de um Estado efetivamente federativo (...).” (NOVO, 2022)

Esse modelo de Estado difundido e defendido pelo partido NOVO, prevê que os empreendimentos que são realizados pelo Estado sejam ao máximo transferidos para o setor privado, pois compreendem que quanto menor a interferência estatal na sociedade, maior a garantia das liberdades individuais e dá abertura para que a livre concorrência regule o mercado. Assim, atacam a manutenção de empresas estatais e defendem que “sempre que possível, (haja) a transferência de atividades exercidas pelo poder público para o setor privado”. (BRASIL, 2014, V)

Objetivam um “Estado sem estatais e sem participações em qualquer empresa” e “parcerias, concessões e privatizações para a infraestrutura” (NOVO, 2022). Na visão do NOVO o que cabe ao Estado é bem pouco, nada muito além de ser o gerenciador. Nesse formato, as estatais perderiam seu espaço, assim como os cargos públicos que não deveriam prever estabilidade, pois a concorrência é o mecanismo de regulação de um serviço de qualidade. Ao não caber mais a empresas estatais determinadas funções, preveem estabelecer parcerias, concessões e privatizações para fornecer o que era fornecido pelo Estado. E como a implementação deste tipo de medida é um processo demorado, de maneira concomitante preveem àqueles que estão nas estatais “Bonificação de servidores públicos por mérito e eficiência” (idem). E mais uma vez o método da concorrência como meio de regulação do serviço. Desse modo ocorre o estreitamento da gestão empresarial aplicada à administração estatal. Todas as instituições e organizações devem ser tratadas como empresas a serem geridas, assim como o fazem com o próprio partido.

Para o melhor funcionamento de alguns setores Hayek (2010) prevê que a regulação estatal seja necessária, ficando resguardado ao Estado legislar, regular, controlar e fiscalizar o mercado em alguns setores, como o tem feito no campo educacional sob a defesa da garantia da eficácia do fornecimento do serviço. O Estado restrito a essas funções é entendido com um poder centralizado, mas que segundo o autor é aceitável desde que a planificação estatal não elimine o método da concorrência - “(...) planificação e concorrência só podem ser combinadas quando se planeja visando à concorrência, mas nunca contra ela” (p. 63).

Portanto, o NOVO propõe um Estado neoliberal que enfatiza uma atuação restrita do Estado para que o mercado tenha mais liberdade para operar. Não apresentam propostas novas, mas ao assumirem o posicionamento ideológico neoliberal modificam a maneira de conduzir e administrar as ações estatais, interferindo nas decisões acerca das políticas públicas que se diferem a cada governo. Por isso, é importante que entendemos o viés de Estado proposto pelo NOVO para compreender as estratégias e ações delineadas nos governos que a estes partidos estejam ligados.

OS DESDOBRAMENTOS DO ESTADO NEOLIBERAL PROPOSTO PELO PARTIDO NOVO NA EDUCAÇÃO MINEIRA (2019-2022)

Romeu Zema Neto, nascido no interior de Minas Gerais, na região do Triângulo mineiro, em Araxá, com uma carreira profissional na área privada consolidada e um patrimônio expressivo, o empresário ganha as eleições ao cargo de Governador de Minas Gerais, no ano de 2018, para então atuar no setor público. Recebe, no primeiro turno, 42,73% dos votos válidos, representando 4.138.967 votos da população mineira. Foi o candidato mais votado, mesmo fazendo parte do partido NOVO.

Desde a candidatura de Romeu Zema ao cargo de governador do estado mineiro, é possível identificar características do *modus operandi* do neoliberalismo, visto que o próprio já declarava, desde o começo de sua campanha, a defesa pelos ideais liberais. As principais características identificadas são o comparativo da gestão pública à gestão privada e a privatização da política.

O plano de governo apresentado por Romeu Zema já demonstrava sua proximidade com os ideais neoliberais, que sugeriam a defesa das liberdades individuais dos sujeitos na sociedade, pois intitulava-se “Liberdade ainda que tardia” (MINAS GERAIS, 2018). Neste documento, a situação de calamidade em que o estado de Minas Gerais se encontrava, em 2018 (ano em que as eleições para governador ocorreram e o estado estava sob a gestão de Pimentel), foi utilizada como o ponto de partida para justificar o modelo de Estado e sua opção de gerenciamento. Entre as situações catastróficas em que Minas Gerais se encontrava, apontaram os altos índices de desemprego, os atrasos no pagamento dos funcionários públicos (nas áreas de segurança, saúde e educação⁴), e a ausência de novos grandes empreendimentos em Minas, se destacaram como problemas emergenciais de serem sanados.

Esse contexto foi utilizado para reafirmar o posicionamento neoliberal, de diminuição do tamanho do Estado e para ampliar as possibilidades de atuação do setor privado. No plano

⁴ Sobre os atrasos dos pagamentos, ver seção 6.2 desta tese, na qual abordamos o Decreto de calamidade financeira do estado mineiro e a relação com os atrasos dos pagamentos dos servidores.

de Governo (2018), apresentam a defesa da privatização, pelo discurso que este é o melhor caminho para a melhora na prestação de serviços. O velho discurso de que os serviços prestados pelas instituições privadas refletem mais qualidade do que os serviços públicos foram utilizados como mecanismo de convencimento de que a privatização é o melhor caminho a se seguir.

Para os neoliberais, a abertura às atividades filantrópicas e do terceiro setor não teria apenas a função de diminuir as atividades estatais, mas também favoreceria a criação do ambiente competitivo de mercado e abertura para a liberdade de escolha dos indivíduos, por meio da oposição que essas entidades criariam. E, como afirma Harvey (2014), esse não é um fenômeno novo, como insistiu em propagar Zema em sua campanha, mas que está presente desde a disseminação do neoliberalismo.

Todas essas características pertencem à lógica de funcionamento mercadológica que vem sendo aplicada à educação e que cada vez mais tem colocado a lógica de funcionamento privatista ao funcionamento das esferas públicas. Nesse sentido, partem do entendimento de que as escolas públicas precisariam colocar o desempenho dos estudantes como um fator de averiguação da qualidade e de risco para a continuação do funcionamento das escolas, como explícita no plano de governo.

Enquanto **o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais**, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado (MINAS GERAIS, 2018, p. 35, grifos nossos).

O plano demonstra o entendimento de que a pressão sob as escolas, sob seus profissionais e estudantes, para que haja um aumento do desempenho, seja algo favorável ao setor educacional, o entendendo, na verdade, como um mercado educacional. Neste mercado, a competição das escolas consigo mesmas e com as demais geraria uma preocupação, o que seria um motivo para firmar seu lugar no mercado educacional. Escolas públicas sob mais um tipo de ameaça, camuflado com o discurso de melhoria da qualidade, ficam à mercê de terem suas responsabilidades transferidas ao setor privado, visto que este tem sido visto como a solução de todos os males educacionais. O plano de Governo (2018) também apontava a rede privada como o grande exemplo a ser seguido para alcançar a melhoria da educação, "**Ensino Público com soluções do Ensino Privado**" (MINAS GERAIS, 2018, p. 35, grifos do autor), como é o caso do Projeto Somar, ao repartir a gestão das escolas com a rede privada e mesmo assim, afirmar que as escolas continuariam sendo públicas e gratuitas, mas com a gestão privatizada; portanto, o modo de funcionar do ensino privado.

Esse tipo de política educacional não é uma ação inédita na área da educação, como podemos afirmar pela denúncia de Apple (2005) sobre as artimanhas do programa “Nenhuma criança será deixada para trás (NCLB)”, a qual submete ao menos 95% dos alunos a testes estandardizados, que precisam atingir os objetivos anuais e caso não o façam, podem sofrer um conjunto de represálias⁵, entre elas “passar a sua administração a uma companhia privada” (MINAS GERAIS, 2018, p. 21). No caso, específico do Projeto Somar, ele ainda é um projeto piloto em início de implementação, mas que nada impede que em seus próximos passos definam as escolas que terão sua gestão “partilhada”, pela métrica do fracasso ou sucesso nas avaliações em larga escala realizadas com os alunos.

As regulações por meio das avaliações externas estão presentes no Projeto Somar e têm uma centralidade à medida que por meio delas é que se define **sucesso e fracasso**, se houve a melhoria na qualidade do ensino almejada, desconsiderando quaisquer fatores externos que interfiram nesse aprendizado.

Aplicam-se testes e desejam respostas dos estudantes, como se eles fossem robôs, e cabe a eles o peso da falsa qualidade da educação. Também existe o peso sobre os profissionais da educação – em especial, os professores que ensinam seus alunos – de atender às expectativas das respostas que devem ser dadas pelos estudantes, acentuando a lógica de “treinar os alunos” para a realização dos testes, e não para aprender conhecimentos. Um dos efeitos que os testes causam e que agrada aos empresários da educação, é que eles eliminam o debate sobre a finalidade da educação, tornando a pontuação nos testes “um fim em si mesmo” (EMERY *apud* FREITAS, 2018, p. 82). E aos poucos “cria-se uma identidade entre boa educação e elevação das notas da escola nas disciplinas básicas de Leitura, Matemática e Ciências, em avaliações de larga escala censitárias baseadas em testes” (RAVITCH *apud* FREITAS, 2018, p. 82).

Portanto, tomar uma única referência como medida de diagnosticar a “qualidade da educação” traz inúmeros prejuízos para a educação pública, ao mesmo tempo que traz vantagens para o empresariado da educação. Uma das grandes vantagens de se utilizar a avaliação em larga escala – aplicada através de testes padronizados – como uma das principais ferramentas e aliada para diagnosticar o desempenho de ensino, é consolidar uma reforma do alinhamento⁶: define-se o conteúdo básico, alinha-se ao que os professores devem

⁵ Ver Capítulo 1, do livro “Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo”, de Michel Apple.

⁶ Os passos indicados (...) da reforma empresarial da educação: padronização através de bases nacionais curriculares (etapas 1 e 3), testes censitários (etapas 2 e 4) e responsabilização verticalizada (etapa 5). A lógica esperada é que, definindo o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela

ensinar e o que os alunos devem aprender, cobram os resultados através das avaliações e responsabilizam os profissionais da educação e estudantes pelo fracasso ou sucesso.

Desse modo, os reformadores empresariais buscam um alinhamento entre as políticas educacionais, sob o discurso da melhoria da educação. E para além dos inúmeros pontos negativos que aqui tratamos, será preciso arcar com a perda do controle local, que é resultado destas políticas, como nos afirma Apple (2005) sobre o programa NCLB: “A perda, que se segue, do controle local também vem aparecendo como forte preocupação” (APPLE, 2005, p. 24). Ao se definir o que será o básico de ser estudado/ensinado/cobrado na educação básica, muitas soluções externas aparecem no meio educacional, como grupos de consultorias, assessorias, pacotes de materiais prontos, tecnologias a serem implementadas, cursos online para formações continuadas, entre outros; e assim, a escola em seu fazer diário, com seus profissionais, comunidades e estudantes, que deixam de ter controle, para seguir o mesmo padrão/modelo definido na grande reforma empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário forjado à reestruturação do Estado proposto pelo governo de Romeu Zema, representando e representado pelo Partido NOVO, as políticas para a educação são fortemente influenciadas pelo viés neoliberal do Estado, como se apresenta no Plano de Governo (2018) do candidato, ao sinalizar a intencionalidade que se efetivou em políticas no decorrer da gestão de seu primeiro mandato: abrir mais espaço para as parcerias com entidades privadas, seja na oferta de materiais, formações etc., ou até mesmo na oferta da gestão das escolas públicas para OSC, como foi o caso do Programa Somar; descentralizar a responsabilidade das escolas estaduais para os municípios, como ocorreu com o Programa “Mãos Dadas”; equiparar o funcionamento das escolas públicas ao funcionamento das escolas privadas, implementando modelo gestão empresarial baseado na competitividade, eficiência e eficácia; e a centralidade nas avaliações em larga escala para determinar o desempenho dos estudantes, e, por consequência, o alcance e cumprimento das metas estabelecidas pelo modelo de gestão.

A partir dessas considerações enfatizamos que compreender as concepções de Estado de um partido político, que tem reverberado ações na área da educação em diferentes governos se faz importante para criarmos mecanismos de resistência, pois não há como combater, sem antes conhecer. Lutar por uma educação pública, de qualidade, como um

direito adquirido e que é de responsabilidade estatal, implica compreender o viés neoliberal a partir de quem o dissemina que tenta destruir, a cada dia, esse tipo de educação, para torná-la uma mercadoria.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado:** Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Tradução: Gilka Leite Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BALL, Stephen J.; Youdell, Deborah. La privatización encubierta en la educación pública. **Bruselas**, 2008. 154 p. Disponível em: https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf . Acesso em: 11 mai. 2022.
- BRASIL. Partido NOVO. **Estatuto do Partido NOVO**. 2014.
- CROSSO, Camila; Magalhães, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1 ed. **Expressão Popular**, f. 80, 2018. 160 p.
- GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P. (Org.); SILVA, T. T. da; CAPOVILLA, Alessandra. **Escola S.A:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.
- FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Rev. Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 1, jan.-dez. 2019. 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 11 ago. 2020.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo:** história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. Tradução: CAPOVILLA, A. M.; STELLE, J. I.; RIBEIRO, L. de M. São Paulo, Brasil: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- MINAS GERAIS. **Plano de Governo de Minas Gerais:** Liberdade ainda que tardia. Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf . Acesso em: 12 mai. 2022.
- NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO**. 2022. Disponível em: <https://novo.org.br/>. Acesso em: 11 mai. 2022.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.